

VIEIRA, R. **Mc Marechal** – *Música “Griot”*. Disponível em: <https://youtu.be/eH2doV-F1zM>. Acesso em: 28 de setembro de 2016.

INCLUSÃO ESCOLAR, PRÁXIS E RELAÇÕES SOCIAIS: O CASO CEEIGEF (CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA) – PB

LUANNA MICHAELLY SOARES RODRIGUES
luannamichaelly@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do presente texto é discutir a inclusão escolar enquanto práxis, destacando sua historicidade e problematizando suas relações estabelecidas com a sociedade contemporânea. Este artigo se ocupa em analisar os impactos da inclusão e o tratamento que a sociedade emprega a essa questão, tomando como referência a escola CEEIGEF (Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira), que é uma instituição discursivamente inclusiva, localizada na cidade de Sousa-PB. Para tecer tais reflexões, tomara-se como referência as perspectivas de Foucault (2001) Lopes (2011), Díaz (2012), entre outros pesquisadores, que possuem importantes reflexões na área.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar. Sociedade. Educação. Desafio.

INTRODUÇÃO

Inclusão e exclusão são conceitos e práticas socialmente e historicamente variadas e controversas. O historiador francês Michel Foucault, em seus estudos compreende-as enquanto invenções modernas e que nem sempre existiram enquanto exercício na sociedade.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1998, p.12)

Nessa perspectiva, a inclusão é uma espécie de construção e de uma verdade concebida por instâncias ou grupos e ancoradas por um discurso. Nesse sentido, a inclusão pressupõe jogos de poder e de verdades. Uma vez que (...) “não há relações de poder sem constituição correlata de um campo de saber; nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. (FOUCAULT, 2004, p.27).

A necessidade de incluir as diversidades e as heterogeneidades surge em um contexto social marcado pela existência de sujeitos diferentes. Em uma sociedade

fundamentada na diferença e nas múltiplas identidades é inviável um ensino articulado na homogeneidade, desconsiderando assim as alteridades, as diversidades e as diferenças.

A discussão acerca da temática Inclusão na Escola ganha força a partir do momento no qual se reconhece a necessidade de acomodar a pluralidade de novos sujeitos e novos tipos de alunos que surgem trazendo para as salas de aula novos anseios, novas inquietudes e novas necessidades. O respeito às novas identidades é uma das realidades que faz surgir demandas para uma educação inclusiva, pois “só construímos a nossa identidade por contraponto à existência de outros que se distinguem de nós, então a inclusividade faz todo o sentido”. (CÉSAR, 2003, p.119). Assim, é engano pensar que a inclusão é benéfica somente para os alunos com deficiência, ao contrário a inclusão traz contribuições positivas para a formação identitária de todos os alunos conviventes na escola.

Inclusão é o desejo de fazer a intersecção de alunos com necessidades específicas e múltiplas, garantindo que mesmo frente as suas aparentes limitações eles consigam acesso a um ensino aprendizagem de qualidade e mais que isso, que as interações entre os alunos formem um conjunto heterogêneo, respeitando as especificidades de cada um, mas que garanta acesso ao conhecimento de maneira igualitária.

Garantir a acomodação e a efetiva participação do aluno no cotidiano da escola, fazendo-se sujeito ativo e participativo da produção do conhecimento é o grande objetivo da inclusão escolar. Dessa forma, incluir é operacionalizar as necessidades do aluno, de modo que ele não seja um elo perdido na atmosfera escolar. “A inclusão traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade.” (MACIEL, 2000, p.52). A igualdade oferecida pela inclusão prevê um acesso igualitário e democrático ao conhecimento escolar, mesmo que seja em ritmos diferentes e irregulares, pautado no diálogo e convivência das diferenças.

Apesar da relativa familiaridade com a inclusão, muitas são as escolas que têm se mostrado resistentes a “Abrir-se para o outro, para o diferente, para o estranho, para o estrangeiro, para o não- sabido, o não – pensado, o não-valorado” (ALBURQUERQUE, 2010, p.09). Tal instituição reluta em colocar em perspectiva o diferente, o singular.

Se a sala de aula é uma janela aberta para o mundo e para a sociedade e ambos são multifacetados, ela precisa lidar com a diversidade de alunos e acabar com a ação de silenciar as diferenças e as diversidades. “A espacialidade da modernidade e o espaço escolar insistem em ser como irmãs de sangue (...) que só buscam restringir o outro para

longe de se território, de sua língua, de sua sexualidade, de seu gênero” (SKLIAR, 2003, p.45).

Desse modo, “(...) o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e (...) ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem”. (STAINBACK, 1999, p.12).

Não é desejo dos princípios inclusivos disfarçar as necessidades especiais e específicas dos discentes, ao contrário é reconhecendo essas particularidades que a inclusão promove a atividade de englobar todos em um só sistema. Considerando que, “Não se compreende, hoje, uma Educação especial para uma fatia de crianças jovens, não se compreende que seja necessário separar as pessoas para as educar, para as ensinar a viver com os outros, para as juntar depois”. (SANCHES, 2006, p.68). A inclusão não se faz na delimitação de territórios, para cada aluno. Não há sistematização e nem separação no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, pelo fato de que a inclusão acontece quando as necessidades e as normalidades ditas se mesclam e se juntam para a aquisição dos saberes.

Nesse contexto complexo, o CEEIGEF (Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira) integra um panorama de instituições que acredita que o ensino precisa abrir-se para o novo, para o improvável e descontínuo, pois é preciso sair dessa zona de mesmice, que só leva à práticas antiquadas, para trilhar novos caminhos e novas formas de aprender e ensinar, que garantam uma aprendizagem múltipla e dinâmica.

A instituição denominada Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira, criada em 04 de março de 1990, foi fundada e idealizada pelo casal Geny Ferreira de Sousa e Aloysio Rodrigues de Sousa. Esta instituição foi uma reformulação estrutural e ideológica da então Escola Saci Pererê; localizada na rua Raimundo Braga Rolim, 22, no bairro Dr. Zezé, Sousa-PB, CEP.58804-490.

A Escola Saci Pererê era privada e recebia as crianças de bairros vizinhos, no curso de pré-escolar e alfabetização. No ano 1992, a Sra. Geny Ferreira de Sousa, encontrava-se só a frente dos trabalhos, tendo em vista que Sr. Aloysio Rodrigues de Sousa, que até então era tido como diretor da escola, havia se afastado da família e conseqüentemente da escola. No ano, de 1993, foi implantado o trabalho de inclusão e a escola passou a atender pessoas com várias deficiências. Uma vez que mudou o trabalho, modificou também o nome da escola, passando a ser: Escola Especial de 1º Grau Saci Pererê, e em 1996, passou a atender o ensino infantil/inclusivo, e ensino fundamental/inclusivo. No dia 09 de agosto de

1999, por via de consequência, foi necessário mudar a razão social da escola, a partir dessa data passou a ser Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF).

Esta escola enfrenta muitos desafios, entre eles o da formação de seus funcionários. Apesar de que, os próprios documentos que regem a educação brasileira discutem tem buscado dar subsídios para as escolas praticar a inclusão, o que ainda precisa ser efetivado na prática.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996, são conjecturados “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns”. (Art. 58, III). Isto é, a tal lei permite formação em nível médio, o que vai a contrapartida com a orientação geral para o magistério, que, aliás, tem exigido e motivado a formação no ensino superior.

Sabe-se que “A compreensão dos pressupostos que perpassam a práxis do professor e a racionalidade pedagógica que fundamenta o trabalho docente implica perspectivas teórico-metodológicas cujo olhar permite apreender a epistemologia da prática docente (...)”. (THERRIEN; CARVALHO, 2009,p.130). Nesse sentido, a racionalidade que deveria orientar o trabalho pedagógico é uma junção dos princípios da teoria e da prática.

Diante disso, ao longo deste artigo discutiremos as práxis pedagógicas utilizadas pelo corpo docente da escola CEEIGEF no desafio de empreender uma educação inclusiva. Nesse sentido, não nos interessa apenas os aspectos teóricos, mas os operacionais usados pelos docentes para enriquecer e tornar o ambiente de aprendizagem ainda mais profícuo.

É interessante problematizar os aspectos teóricos e metodológicos que orientam a prática pedagógica dos professores da escola em questão. Para isso, será de fundamental importância analisar documentos em que apareçam esses anseios, além de ouvir os relatos do corpo docente da escola.

Assim, pretende-se aqui discutir o conceito de inclusão, com ênfase no Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF), problematizando a práxis desta escola. Esta reflexão, ora proposta, integra uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Desse modo, não pretendemos abarcar neste artigo, de forma extensa todas as problematizações defendidas pelo TCC.

INCLUSÃO

A inclusão parece ser questão própria da nossa sociedade atual, no entanto “seus usos estão registrados desde os séculos XVI e XVII. Pela etimologia, sabemos que inclusão foi usada na Academia dos Singulares de Lisboa já em 1665”. (LOPES, 2011, 285). Nesse sentido, o termo e a discussão sobre inclusão não parecem ser tão novos.

No Brasil, o debate sobre a inclusão remonta o século XVI, “com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis”. (MENDES, 2006, p.387)

O que mudou com o passar dos anos foi a forma de se conceber a inclusão. “Os seus usos, então, eram diferentes daqueles que vimos circular bem mais tarde, principalmente se colocarmos como marco a Conferência de Educação para Todos, ocorrida em 1990, em Jontiem na Tailândia”. (LOPES, 2011, 285). Essa Conferência é um dos mais importantes símbolos da luta pela garantia de educação para todos, acolhendo as diferenças. Essa conferência também foi produto da efervescência dos anos de 1990 em termos de discutir a inclusão.

“A partir da década de 1970, houve uma mudança, e as escolas comuns passaram a aceitar crianças ou adolescentes deficientes em classes comuns, ou, pelo menos, em classes especiais”. (MENDES, 2006, p.390). Na década de 1980, houve uma grande campanha, mobilização social e das Nações Unidas para que houvesse o cumprimento das leis que determinavam a inclusão na escola de crianças e jovens deficientes. Esta década foi marcada pelo intenso movimento a favor da integração da pessoa com deficiência, de modo que buscou inserir o aluno na classe regular e também no ensino especial.

A educação de pessoas com deficiência nesse período ocorria de forma muito tímida, sendo que nem as famílias destas pessoas e nem a escola estavam preparados para esta árdua tarefa. Isso ocorria não somente pelo preconceito que ainda existia na mente das pessoas em relação a este tema, mas também por causa da grande falta de informação e formação continuada para os professores a respeito dessa temática. Ou seja, o investimento ainda era pouco na formação de profissionais para lidar com tais pessoas, de modo a preparar a escola para de fato integrar.

Portanto, nessa época essas pessoas começavam a ser integradas na rede regular de ensino, entretanto, norteadas pelo que dizia a medicina sobre crianças com deficiências, ou seja, ainda havia certo rótulo médico, em relação a indivíduos portadores de deficiências. E nem todas as pessoas com deficiência possuía o mesmo direito, sendo que havia um

regulamento que decidia quais eram os alunos aptos para ingressarem na rede regular de ensino. E os que não possuíam um determinado nível cognitivo, eram encaminhadas para salas especiais, o que só disseminava o preconceito.

Neste período eram os discentes que tinham que se adaptarem à escola e não a escola a eles, o que tornava a escola excludente, em vez de inclusiva. E o fato de serem os alunos que tinham que se adaptarem fazia com que houvesse a evasão escolar por parte dessas crianças, ou simplesmente a nunca ida delas à escola. Sendo, pois, assim, o que era para ser integração, virou uma integração cheia de dificuldades e que não integrava.

“Atualmente, de uma maneira gradativa, vem sendo reconhecido que a inclusão, no ambiente comum de ensino, daqueles que são comumente excluídos é essencial para a sua dignidade e para o exercício dos seus direitos humanos” (MARTINS, p.18). O princípio, a filosofia da educação inclusiva consiste em incluir, juntar pessoas, sejam elas sem deficiência ou portadoras de alguma deficiência, com o objetivo de todos juntos, formar homens e mulheres capazes de atuar na sociedade em que se vive.

Desse modo, A educação inclusiva acredita que todos são capazes e pessoas com deficiências também têm seus potenciais, o que os tornam importantes para suas famílias e para toda a sociedade, de modo que devem sair de suas zonas de conforto, para irem para o mundo estudar, trabalhar e atuar. A educação inclusiva aposta em uma escola para todos e todas, sem discriminação e sem preconceito, sem estereótipos e mais humana.

CEEIGEF (CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA): INCLUSÃO E PRÁXIS.

O Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF) é uma referência em termos de inclusão no município de SOUSA-PB. A entidade é filantrópica, mas possui convênio com a prefeitura desta cidade, recebendo assim recursos financeiros da gestão municipal para se manter em exercício.

A escola especial foi criada para substituir a escola comum no atendimento a alunos com deficiência, assumindo o compromisso da escola comum, sem uma definição clara do seu próprio. É importante esclarecer que houve um tempo em que se sentia que esses alunos não eram capazes de arcar com o compromisso primordial da escola comum de serem introduzidos no mundo social, cultural e científico, a não ser em condições muito específicas e fora dessa escola. (BATISTA, 2005, p.07).

Nessa perspectiva, é importante afirmar que o (CEEIGEF) enquanto instituição escolar possui objetivos claros de oferecer oportunidade de educação digna e de qualidade para aqueles que muitas vezes são ignorados ou marginalizados na escola comum.

Confronto de habilidades realizado pela escola



Fonte: Página do Ceeigef no Facebook¹.

O objetivo da escola é oferecer educação de qualidade para crianças e jovens portadores de alguma deficiência, seja física ou mental. No CEEIGEF A inclusão é percebida como uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nessa perspectiva todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso. (MARTINS, 2006, p.22)

Cercas de mil e trezentos alunos estão matriculadas no Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira, entre eles alunos que não possuem qualquer tipo de deficiência.

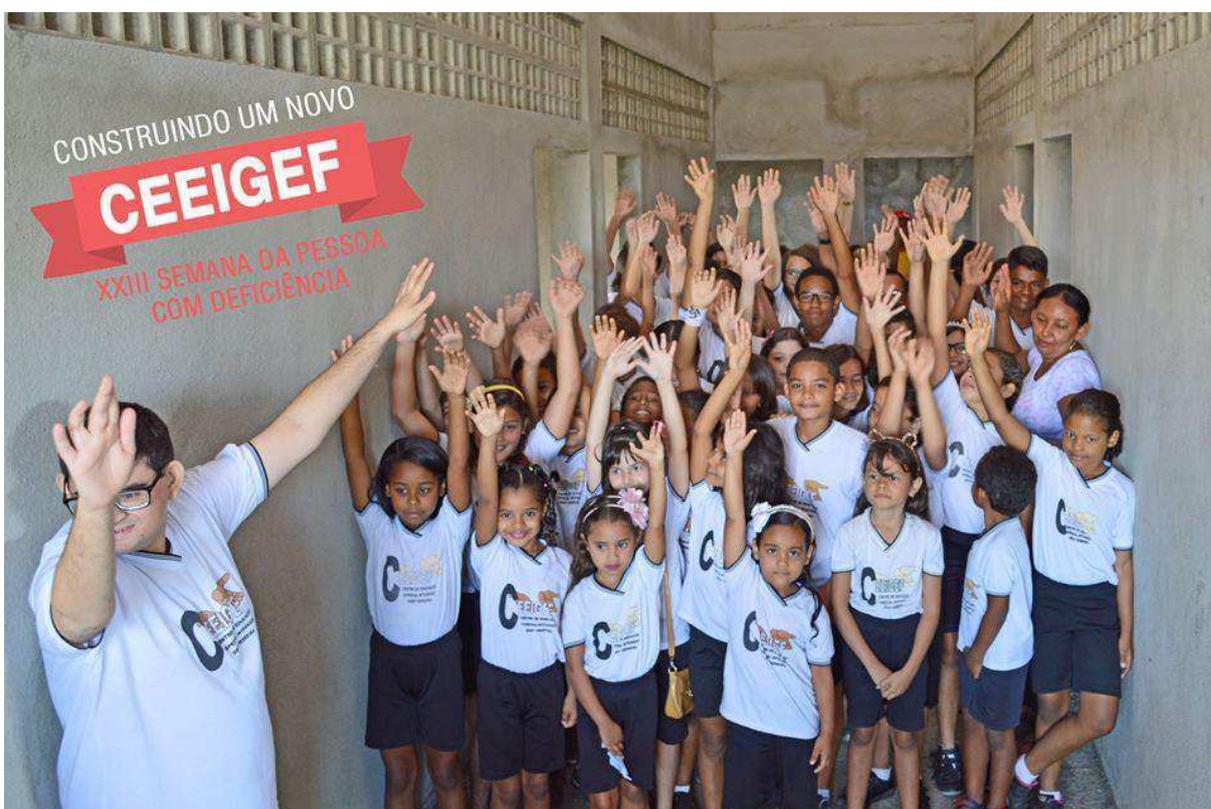
A escola ao desenvolver o atendimento educacional especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele aconteça o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. (BATISTA, 2005, p.16).

Os docentes do CEEIGEF acreditam em um processo de ensino e aprendizagem baseado no ativismo dos alunos e em sua capacidade de construir saberes a partir da liberdade intelectual. A escola promove um ensino baseado no desenvolvimento de projetos e no engajamento dos alunos junto a eles.

Na concepção inclusiva, a adaptação escolar ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-la ao que já sabe conhece. (BATISTA, 2005, p.11)

Nesse sentido, a escola não busca disfarçar as deficiências, ao contrário encoraja os alunos a superar seus próprios limites, muitas vezes impostos pela concepção da sociedade e pela própria vivência familiar, que o coloca como incapaz.

XXII SEMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Fonte: Página do Ceeigef no Facebook¹.

O Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira propõe a inclusão a partir da diversidade e não estabelece limites de diferença na escola para os alunos. Segundo relatos da fundadora e diretora da escola Geny Ferreira, a escola já enfrentou muito preconceito dos pais de alunos, que não queriam a possibilidade dos seus filhos ditos normais e saudáveis estudar em meio a crianças deficientes.

Assim, a escola busca uma aprendizagem inclusiva pautada na percepção do outro, uma vez que “é na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões”. (BATISTA, 2005, p.07).

Nossas pesquisas junto à instituição estão em andamento e pretendemos no próximo trabalho apresentar esse processo de inclusão a partir de seus limites e perspectivas, compreendendo a inclusão como uma realidade ainda não alcançada totalmente, mas que depende de uma série de fatores, como a formação de professores, a quebra de preconceitos das pessoas e um investimento pesado do estado; entre vários outros fatores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover e assegurar a inclusão não é tarefa fácil. O Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF), trava batalhas no âmbito pedagógico e social, além do financeiro.

Incluir na diversidade, facilitando uma aprendizagem dinâmico e ativo tem sido a meta buscada pela escola, desde sua fundação.

Ao trabalhar focando no desenvolvimento de um aluno livre e capaz de interagir na sociedade em que vive, essa instituição de ensino tem quebrado o preconceito, combatido a exclusão e tem tornado mais fácil a vida das famílias sousesenses.

E mesmo em meio a adversidades, inclusive, para manter o projeto ao longo desses anos, esse centro de educação tem trabalhado de acordo com os documentos que regem a educação brasileira, no sentido de construir um ensino inovador, democrático e pleno, de modo a vencer tudo que prende o discente e torna-lo um cidadão livre e democrático, com os mesmos direitos e deveres de qualquer outro aluno.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. In: Áurea da Paz Pinheiro e Sandra C. A. Pelegrini. (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2010, v. 1, p. 55-72..

CANÁRIO, Rui. **A Escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre: Artmed, 2006

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In: RODRIGUES, David (org.), **Perspectivas sobre a inclusão**. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003

FOUCAULT, Michel. Os anormais. tradução de Eduardo Brandão. 2001.
_____ **Microfísica do poder**. 13. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 283-298, 2011.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão. São Paulo: Em perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO FRLV. Inclusão: compartilhando saberes. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 2006.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, v. 8, n. 8, 2006.

SKLIAR, Carlos. A Educação e a Pergunta pelos Outros: Diferença, Alteridade, Diversidade e os Outros “Outros”. In.: **Revista Ponto de Vista**. n.05, Florianópolis: 2003.

TERRIEN, Jacques; CARVALHO, Antônia Dalva França. O professor no trabalho: epistemologia da prática e ação/cognição situada—elementos para a análise da práxis pedagógica. **Revista Brasileira de formação de professores**, v. 1, n. 1, p. 129-147, 2009.